



Compras.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

90004/2026

CONTRATANTE/GERENCIADOR (UASG)

BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO GOVERNADOR (795180)

OBJETO

registro de preços, para contratação de serviços de dedetização, descupinização, desinsetização, desratização (congêneres), limpeza de caixas d'água e cisternas.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 593.018,55 (quinhentos e noventa e três mil e dezoito reais e cinquenta e cinco centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 03 / 07 /2026 às 10:00 h (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

[menor preço] por [item]

MODO DE DISPUTA:

[aberto e fechado]

TRATAMENTO FAVORECIDO ME/EPP/EQUIPARADAS

[SIM]

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM

[NÃO]



Baixe o APP Compras.gov.br

Sumário

1.	DO OBJETO.....	3
2.	DO REGISTRO DE PREÇOS.....	3
3.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	3
4.	DO ORÇAMENTO ESTIMADO.....	5
5.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.....	5
6.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	8
7.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES..	9
8.	DA FASE DE JULGAMENTO.....	13
9.	DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	16
10.	DO TERMO DE CONTRATO.....	18
11.	DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	21
12.	DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA.....	19
13.	DOS RECURSOS.....	20
14.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	20
15.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	23
16.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	23

MARINHA DO BRASIL**BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO GOVERNADOR****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90004/2026**
(Processo Administrativo nº63386.001536/2026-22)

Torna-se público que a Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador, por meio da Divisão de Obtenção, sediada na Estrada do Quilombo S/N, Bananal, Ilha do Governador, RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de serviços de dedetização, descupinização, desinsetização, desratização (congêneres), limpeza de caixas d'água e cisternas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Para o item **03**, a participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

3.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

- 3.9.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 3.9.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
- 3.9.3 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 3.9.4 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- 3.9.5 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- 3.9.6 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.9.7 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.9.8 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.9.9 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.9.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;
- 3.9.11 Pessoas físicas.

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.9.4 e 3.9.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.4 e 3.9.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

3.16. A vedação de que trata o item 3.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

5.7. No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.

5.7.1 A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133, de 2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.

5.8. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.8.1 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

5.8.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.9. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.9.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.9.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.9.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.9.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.9.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.9.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora

ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.9.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.9.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.9.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.10. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema que desenvolve programa de integridade, nos termos do Decreto nº 12.304, de 2024, e da Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025, para fazer jus ao benefício do critério de desempate previsto no art. 60, caput, inciso IV, da lei n. 14.133, de 2021,

5.11. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4, 5.8 ou 5.10 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

5.12. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.13. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.14. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.15. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.15.1 a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.15.2 os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.16. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.16.1 valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.16.2 percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.17. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.15 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.18. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.19. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 valor unitário e total do item;

6.1.2 Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade máxima.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1 O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.11. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência.

6.13. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento

dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,05** (cinco centavos) de reais.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

7.11.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.11.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.12. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

7.12.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.12.2 Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.12.3 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 6º do artigo 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.12.4 No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.12.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

7.13.1 Caso o item em disputa envolva objeto abrangido por margem de preferência, o percentual referido na disposição anterior será de 20%, nos termos do § 5º do artigo 25 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, incluído pela Instrução Normativa SEGES/MGI nº 79, de 12 de setembro de 2024.

7.13.2 Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

7.13.3 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.13.4 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.13.5 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

7.13.6 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

7.13.7 Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.20.1 Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

7.20.2 Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21.1 Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).

7.21.2 O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.

7.21.3 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.21.4 A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira

colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.21.5 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.21.6 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.21.7 A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

7.23.1 disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.23.2 avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

7.23.3 desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, nos termos do Decreto nº 11.430, de 2023, e da Instrução Normativa SEGES/MGI nº 382, de 17 de setembro de 2025;

7.23.4 declaração do licitante de que desenvolve programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024, e Portaria Normativa SE/CGU nº 226, de 9 de setembro de 2025.

7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.24.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

7.24.2 empresas brasileiras;

7.24.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.24.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o

Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.26.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.26.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.26.3 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.26.4 O Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.26.5 É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA FASE DE JULGAMENTO

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.9 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 Sicaf;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS,

8.1.3 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP e

8.1.4 Lista de licitantes inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

8.2.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.

8.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

8.4.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

8.4.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

8.4.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

8.6.1 Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.8.1 conter vícios insanáveis;

8.8.2 não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

8.8.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.8.4 não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.8.5 não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.8.6 apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.9. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.10.1 que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.10.2 inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

8.12. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.12.1 Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada,

exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

8.12.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

8.12.3 Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

8.12.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

8.12.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

8.13. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.13.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.13.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.16. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sicaf.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 15% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por cópia.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

9.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado por meio de mensagem eletrônica para o endereço ***lima.nascimento@marinha.mil.br*** ou para o endereço ***rodrigo.ulysses@marinha.mil.br***, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

9.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

9.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

9.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até 2 (duas) horas, para:

9.15.1 a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3 suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4 suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

10. DO TERMO DE CONTRATO

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1 A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

11.2.1 a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e

11.2.2 a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

11.3. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.

11.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

11.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

11.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11.7. Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

11.8. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

11.8.1 Em caso de prorrogação da ata, **poderá** ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

12.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

12.1.1 dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação e excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021; e

12.1.2 dos licitantes que mantiverem sua proposta original

12.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

12.2.1 A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

12.2.2 Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

12.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

12.3.1 quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

12.3.2 quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas nos art. 28 e art. 29 do Decreto nº 11.462, de 2023.

12.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

12.4.1 convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

12.4.2 adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13. DOS RECURSOS

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

13.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.pncp.gov.br.

14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

14.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

14.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6 fraudar a licitação;

14.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

14.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.1.9 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

14.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

14.2.1 advertência;

14.2.2 multa;

14.2.3 impedimento de licitar e contratar e

14.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 14.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.3.2 as peculiaridades do caso concreto;
- 14.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 14.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

14.4.1 Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

14.4.2 Para as infrações previstas nos itens 14.1.4, 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará

o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.

14.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: bfniq.licitacao@marinha.mil.br com cópia para bfniq.licitacao@gmail.com.

15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

15.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

15.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

16.11.1 Anexo I - Termo de Referência;

16.11.1.1. Apêndice do Anexo I – Estudo Técnico Preliminar;

16.11.2 Anexo II – Minuta de Termo de Contrato;

16.11.3 Anexo III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

Rio de Janeiro, RJ, na data da assinatura.



LUIZ ANTÔNIO DIAS DO CARMO
Capitão de Mar e Guerra (FN)
Ordenador de Despesas

ANEXO I



BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO GOVERNADOR

(Processo Administrativo nº63386.001536/2026-22)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços comuns de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável (caixas d'água e cisternas), com emissão de laudos de potabilidade, e para controle integrado de vetores (baratas, formigas, mosquitos, cupins, pulgas e roedores) e pragas urbanas em áreas internas e externas, abrangendo a Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG) e as Organizações Militares apoiadas no Complexo Naval da Ilha do Governador (CNIG), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UF	Quant. Min	Quant. Max	VALOR UN (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Serviço de Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água Potável, com emissão de laudo de Potabilidade.	13595	m³	4.400	15.000	R\$ 18,43	R\$ 276.450,00
2	Serviço de Controle Integrado de Pragas Urbanas (Desinsetização e Desratização).	3417	m²	50.000	133.285	R\$ 2,03	R\$ 270.568,55
3	Serviço de Controle de Cupins (Descupinização)	20680	m²	100	20.000	R\$ 2,30	R\$ 46.000,00
VALOR TOTAL							R\$ 593.018,55

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais de mercado.

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como continuado, tendo em vista que a manutenção da potabilidade da água de consumo humano e o controle de vetores e pragas urbanas nas instalações da BFNIG e OM apoiadas configuram necessidade

permanente e periódica da Administração, diretamente ligada à saúde da tropa e à continuidade das atividades operacionais e administrativas, sendo a vigência plurianual é mais vantajosa considerando as conclusões do Estudo Técnico Preliminar, particularmente quanto à recorrência da demanda, à necessidade de planejamento de longo prazo e à redução de custos e esforços administrativos decorrentes de licitações anuais.

Prazo de vigência

- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos, contados da data da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 (dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. A descrição da solução como um todo, considerado o ciclo de vida da contratação de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável e de controle integrado de vetores e pragas urbanas, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

- 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010):
 - 4.1.1. Segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequados dos resíduos sólidos gerados nas atividades de limpeza dos reservatórios e controle de pragas (lodos, sólidos removidos, embalagens de produtos saneantes e demais resíduos), sendo vedado o

descarte em corpos d'água, rede pluvial, solo exposto, áreas verdes ou locais não licenciados.

4.1.2. Manejo adequado e destinação ambientalmente adequada de resíduos perigosos eventualmente gerados (sobras de produtos químicos, embalagens contaminadas, resíduos de manejo de pragas), mediante utilização exclusiva de empresas licenciadas pelos órgãos ambientais competentes e, quando exigido, regularmente inscritas no Cadastro Técnico Federal do Ibama, com comprovação da destinação final sempre que solicitado pela fiscalização.

4.1.3. Utilização exclusiva de produtos saneantes e praguicidas devidamente regularizados junto à ANVISA e aos órgãos competentes, em conformidade com suas respectivas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), de modo a minimizar riscos à saúde humana e ao meio ambiente, incluindo a adoção de dosagens, formas de aplicação e medidas de controle de exposição compatíveis com ambientes militares ocupados.

4.1.4. A Contratada será responsável pelo descarte ambientalmente adequado de quaisquer resíduos resultantes dos serviços de limpeza de reservatórios e controle de vetores e pragas, devendo apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, os respectivos comprovantes de destinação final, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigente.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação não será admitida a indicação de marcas ou modelos específicos de equipamentos ou produtos químicos, devendo as especificações se limitar aos requisitos de desempenho, segurança, eficácia e conformidade regulatória definidos neste Termo de Referência e no Estudo Técnico Preliminar.

Subcontratação

4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar, que concluiu pela suficiência das demais salvaguardas contratuais (sanções, fiscalização técnica, medição e pagamento condicionados ao resultado e possibilidade de rescisão) em face do risco associado ao objeto.

Vistoria

4.5. Será facultada, entretanto, a realização de visita técnica não obrigatória às instalações da BFNIG e das OM apoiadas, mediante agendamento prévio com a

Administração, em dias úteis, no horário de 09 às 14 h, com a finalidade de permitir que os interessados conheçam, com maior detalhamento, as condições físicas dos reservatórios de água e das áreas de aplicação de controle de pragas.

4.6. Para a vistoria facultativa, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.7. Procedimentos para a vistoria facultativa nas instalações da BFNIG/CNIG

4.7.1. A empresa que tiver interesse em realizar vistoria prévia facultativa nas instalações da Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG) e do Complexo Naval da Ilha do Governador (CNIG), com vistas ao adequado dimensionamento dos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável e/ou de controle integrado de vetores e pragas urbanas, deverá solicitar o agendamento por meio de mensagem eletrônica para o endereço lima.nascimento@marinha.mil.br ou para o endereço rodrigo.ulysses@marinha.mil.br.

4.7.2. No e-mail de solicitação, a empresa deverá:

- a) identificar a razão social e o CNPJ;
- b) informar o nome completo e o número de documento oficial de identificação do representante que comparecerá à vistoria;
- c) indicar telefone para contato; e
- d) sugerir, com antecedência mínima razoável, 1 (uma) ou mais datas pretendidas para realização da vistoria, dentro do período estabelecido no instrumento convocatório.

4.7.3. A Administração responderá ao e-mail informando a confirmação da data sugerida ou, se necessário, propondo nova data para realização da vistoria. A vistoria somente será considerada agendada após o envio de resposta expressa da Administração confirmando dia e horário.

4.7.4. Uma vez ajustada a data, o representante da empresa deverá comparecer ao Complexo Naval da Ilha do Governador (CNIG) às 09h00, munido de documento de identificação oficial, observando que a vistoria poderá ocorrer entre 09h00 e 14h00 do dia agendado.

4.7.5. Ao chegar ao CNIG, o representante da empresa deverá dirigir-se à Sala de Identificação, localizada à direita da Entrada do CNIG, e informar que se encontra no local para realização de vistoria técnica relativa a:

- a) serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água (caixas d'água e cisternas); e/ou
- b) serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas (dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e congêneres), referentes a processo licitatório em curso na Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador.

4.7.6. Após a identificação, o representante será encaminhado à Seção de Projetos/Setor competente para contato com o Sargento Lima ou com o Sargento Rodrigo, ou outro militar por eles indicado, que realizarão a orientação inicial e o encaminhamento às áreas onde os serviços poderão vir a ser executados.

4.7.7. No caso de vistoria relacionada aos serviços de controle de vetores e pragas urbanas (dedetização), o representante será direcionado às áreas internas e externas pertinentes, podendo ser acompanhado por militar da área de subsistência ou de outro setor afeto, que indicará as instalações mais representativas para fins de dimensionamento da proposta.

4.8. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria facultativa, deverá prestar declaração formal, assinada pelo seu responsável técnico, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais de prestação dos serviços, devendo a Contratada assumir os ônus decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O início da execução de cada serviço ocorrerá após a emissão da Nota de Empenho pela Administração e o envio do respectivo documento ao e-mail indicado pela Contratada.

5.1.2. Encaminhada a Nota de Empenho por e-mail, a Administração procederá ao contato com a Contratada para agendamento, em comum acordo, da data e do horário de execução dos serviços de:

- a) limpeza e desinfecção de cisternas e caixas d'água; e
- b) controle de vetores e pragas urbanas (dedetização/desinsetização e descupinização).

5.1.3. Uma vez pactuadas as datas e os horários de execução, a Contratada deverá cumpri-los rigorosamente, sendo vedadas alterações unilaterais.

Eventuais remarcações somente poderão ocorrer mediante prévia anuência da Administração, formalizada por e-mail ou outro meio escrito admitido.

5.1.4. Os Empenhos para execução do serviço serão emitidos pela Administração conforme a necessidade do serviço, observado que:

- a) há demanda mínima anual estimada para cada tipo de serviço, conforme item 1.1 deste Termo de Referência e Apêndice I; e
- b) a efetiva solicitação de cada intervenção dependerá da ocorrência da necessidade e da existência de saldo orçamentário e financeiro.

5.1.5. A periodicidade pretendida observará, em regra:

- a) controle de vetores e pragas (dedetização/desinsetização): intervenções mensais ou em outra frequência definida pela Administração, prioritariamente em áreas de preparo e consumo de alimentos, depósitos, cozinhas e refeitórios, de modo a reduzir riscos sanitários; e
- b) descupinização: intervenções pontuais, em caráter eventual, restritas a focos de infestação identificados em edificações, estruturas de madeira ou áreas específicas; e
- c) limpeza e desinfecção de cisternas e caixas d'água: ciclos preferenciais a cada 6 (seis) meses para os reservatórios críticos, ou em menor periodicidade se tecnicamente recomendado, condicionados à disponibilidade orçamentária e à avaliação da Administração.

5.1.6. A dinâmica operacional detalhada dos serviços (métodos de esvaziamento, limpeza mecânica, aplicação de produtos, tempo de contato, enxágue, ventilação e demais etapas técnicas) será de responsabilidade da Contratada, que deverá observar integralmente as normas técnicas e regulatórias vigentes aplicáveis a cada tipo de serviço, em especial:

- a) Limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável (cisternas e caixas d'água)

5.1.6.1. Os serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável deverão observar, no mínimo:

- I) as diretrizes da **Portaria GM/MS nº 888/2021** (ou norma que a venha substituir), no que se refere às condições de potabilidade da água para consumo humano, parâmetros de qualidade e responsabilidades do responsável pela instalação interna;

- II) as orientações da **ABNT NBR 5626 – Instalação predial de água fria**, quanto às condições de acesso, esvaziamento, limpeza e desinfecção de reservatórios, de forma a não comprometer a integridade das instalações prediais; e
- III) as instruções do fabricante dos produtos saneantes utilizados na desinfecção, devidamente regularizados junto à ANVISA, bem como suas Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ).

5.1.6.2. O procedimento de esvaziamento, limpeza física (escovação, remoção de incrustações e sedimentos) e desinfecção deverá ser realizado de forma a:

- I) evitar danos estruturais ao reservatório e às tubulações de recalque e distribuição;
- II) impedir o retorno de água contaminada à rede; e
- III) assegurar tempo de contato mínimo e posterior enxágue, conforme instruções dos produtos saneantes e boas práticas técnicas, com descarte da água de lavagem em rede adequada ou outro ponto autorizado, vedado o lançamento em corpos d'água, solo exposto ou galerias pluviais não licenciadas.

b) Controle de vetores e pragas urbanas (dedetização/desinsetização)

5.1.6.3. Os serviços de controle de vetores e pragas urbanas em áreas internas e externas deverão observar, no mínimo:

- I) a **Resolução RDC ANVISA nº 52/2009** (ou norma que a substituir), que dispõe sobre o funcionamento de empresas especializadas em controle de vetores e pragas urbanas, incluindo utilização de produtos saneantes desinfestantes, requisitos de registro junto à Vigilância Sanitária, responsabilidade técnica e procedimentos operacionais; e
- II) o **Manual de Boas Práticas de Uso de Saneantes Desinfestantes** e demais orientações técnicas da ANVISA aplicáveis ao controle de pragas urbanas.

5.1.6.4. A aplicação de inseticidas, raticidas e demais saneantes desinfestantes deverá:

- I) restringir-se aos locais autorizados pela Administração;
- II) utilizar produtos devidamente registrados na ANVISA, na forma de rótulo e FISPQ; e

- III) seguir rigorosamente doses, formas de aplicação, tempo de reentrada e demais cuidados de segurança, de modo a evitar risco à saúde humana, contaminação de alimentos, utensílios e água potável.

c) Descupinização

5.1.6.5. Os serviços de descupinização, incluindo inspeção, sondagem, aplicação de barreiras químicas ou outros métodos aprovados, deverão observar, no mínimo:

- I) as mesmas exigências regulatórias da **Resolução RDC ANVISA nº 52/2009**, no que couber às empresas especializadas em controle de vetores e pragas urbanas e ao uso de saneantes desinfestantes para controle de cupins; e
- II) as instruções específicas dos produtos cupinícidas utilizados (rótulos, FISPQ e boletins técnicos), no tocante a método de aplicação, proteção de pessoas, animais e bens, ventilação e tempo de reentrada.

5.1.7. A Contratada deverá manter, durante toda a execução dos serviços:

- I) responsável técnico formalmente designado, com registro ativo no conselho profissional competente, conforme exigido no item 9 deste Termo de Referência; e
- II) procedimentos operacionais padrão (POPs) escritos para cada tipo de serviço (limpeza de reservatórios, dedetização/desinsetização e descupinização), disponíveis para apresentação à fiscalização sempre que solicitado.

5.1.8. Os empregados da Contratada que atuarem nas instalações da BFNIG/CNIG deverão estar, no mínimo:

- I) devidamente identificados;
- II) utilizando vestimenta adequada: camisa de manga, calça comprida e sapato fechado;
- III) portando e utilizando os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) específicos para a atividade (luvas, botas, óculos, máscara/respirador, proteção auricular, entre outros), conforme legislação de segurança e saúde no trabalho e instruções dos produtos químicos empregados, sendo vedado o uso de boné durante a execução dos serviços.

- IV) observar, sempre que houver trabalho em altura ou em espaços confinados, as disposições das Normas Regulamentadoras aplicáveis, em especial a NR-35 (Trabalho em Altura) e a NR-33 (Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados), quando cabível à atividade desempenhada.
- V) serem devidamente registrados e comprovarem capacitação técnica legal para as atividades que desempenharem, cabendo à Contratada manter, em seus arquivos, a documentação comprobatória e apresentá-la à fiscalização sempre que solicitado.

5.1.9. O descumprimento das datas agendadas sem justificativa aceita pela Administração, a execução em desconformidade com as normas citadas ou a ausência de uniformização/EPIs poderá ensejar:

- I) a suspensão imediata dos serviços;
- II) a recusa do ateste da medição correspondente; e
- III) a aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência e na Lei nº 14.133, de 2021.

5.1.10. As demais condições de execução, locais e horários de prestação dos serviços, materiais a serem disponibilizados e informações relevantes para o dimensionamento da proposta constam pormenorizadamente neste Termo de Referência, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nas instalações da Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG) e das Organizações Militares apoiadas no Complexo Naval da Ilha do Governador (CNIG), situadas na Estrada do Quilombo, s/nº, Bananal, Ilha do Governador, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21911-010, ou em outros endereços que venham a ser formalmente indicados pela Administração à Contratada, permanecendo inalterados os preços unitários pactuados.

5.3. Os serviços serão executados em dias úteis, em horário preferencialmente compreendido entre 09h15 e 15h30, podendo a Administração, em função de necessidades específicas, segurança e continuidade das atividades operacionais das Organizações Militares, ajustar ou ampliar esses horários, mediante prévia comunicação à Contratada.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as seguintes rotinas, em complementação às demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e em consonância com o Estudo Técnico Preliminar:

5.4.1. Rotinas específicas para o controle integrado de vetores e pragas (dedetização, desratização e descupinização)

5.4.1.1. Planejamento e preparação

- a) A Contratada deverá, previamente a cada intervenção, realizar vistoria técnica nas áreas a serem tratadas, identificando focos, tipos de pragas, vias de acesso e eventuais restrições operacionais;
- b) A Contratada deverá comunicar ao fiscal do contrato, com antecedência mínima 72 horas, as áreas que serão tratadas, o tipo de produto a ser utilizado, a forma de aplicação e as eventuais necessidades de interdição;
- c) A Contratada deverá apresentar, sempre que solicitado, as Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) dos produtos que serão aplicados, bem como comprovar o respectivo registro/regularização na ANVISA.
- d) O programa de controle integrado de vetores e pragas deverá considerar, minimamente, a definição de áreas críticas, a determinação de rotinas específicas para os diversos setores, a avaliação de áreas de perímetro, sistemas de esgotamento, drenagem e ventilação, bem como áreas correlacionadas aos serviços de alimentação, fluxos e armazenagem de resíduos urbanos e reciclados e áreas de depósitos e estoques, de modo a subsidiar a adoção de medidas preventivas e corretivas.

5.4.1.2. Isolamento e sinalização das áreas

- a) Antes do início da aplicação dos produtos, as áreas internas a serem tratadas deverão ser desocupadas, isoladas e sinalizadas, com barreiras físicas (fitas, cones, cavaletes ou equivalentes) e avisos afixados em locais visíveis, contendo, no mínimo, a expressão “ÁREA INTERDITADA – APLICAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS”;
- b) Em áreas externas e de circulação de público, a Contratada deverá delimitar um perímetro de segurança compatível com a forma de aplicação e com as orientações constantes na FISPQ, de modo a evitar exposição indevida de militares, servidores, terceirizados e visitantes;
- c) É vedado o acesso de pessoas não autorizadas às áreas em tratamento até o término do tempo de reentrada segura, conforme orientações técnicas dos fabricantes dos produtos e da legislação sanitária aplicável.

5.4.1.3. Aplicação dos produtos

- a) Antes do início de cada ciclo de aplicação, a Contratada deverá informar ao fiscal do contrato, por escrito, o nome comercial dos produtos, o princípio ativo, a metodologia de aplicação, o antídoto recomendado em

caso de intoxicação e o número de registro no Ministério da Saúde/ANVISA de cada produto que será utilizado.

- b) A aplicação dos produtos deverá observar rigorosamente as dosagens, métodos e frequências recomendadas pelo fabricante e pela legislação vigente, sendo vedado o uso de produtos proibidos, vencidos ou em desacordo com o rótulo e a FISPQ;
- c) Todos os aplicadores deverão utilizar os Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados ao tipo de produto e método de aplicação (por exemplo: luvas, óculos, máscara respiratória com filtro adequado, avental, botas), cabendo à Contratada o fornecimento, reposição e controle de uso;
- d) Nos casos de tratamento de áreas sensíveis (cozinhas, refeitórios, depósitos de alimentos, enfermarias, alojamentos, creches ou áreas com maior vulnerabilidade), deverão ser priorizados produtos e técnicas de menor toxicidade e maior especificidade, compatíveis com a segurança sanitária exigida nesses ambientes.

5.4.1.4. Recomendações aos usuários e reocupação das áreas

- a) A Contratada deverá orientar o fiscal do contrato e os responsáveis pelas instalações quanto aos cuidados a serem adotados antes, durante e após a aplicação, tais como: retirada de alimentos expostos, proteção de utensílios, deslocamento temporário de pessoas sensíveis (crianças, gestantes, idosos, animais), bem como o tempo mínimo de retorno às atividades nas áreas tratadas;
- b) A reocupação das áreas somente poderá ocorrer após o decurso do tempo de segurança indicado na FISPQ e na bula do produto, com ventilação adequada dos ambientes e remoção de eventuais resíduos visíveis de produto;
- c) Quando houver orientação de limpeza posterior (por exemplo, limpeza úmida de pisos ou superfícies após determinado período), a Contratada deverá registrar tais instruções por escrito, entregando-as ao fiscal do contrato para ciência das organizações usuárias.

5.4.1.5. Gestão de resíduos e materiais utilizados

- a) Embalagens vazias, sobras de produtos, panos, escovas, luvas descartáveis, filtros e demais materiais contaminados deverão ser acondicionados, identificados e destinados de forma ambientalmente adequada, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária, vedado o descarte em lixo comum, redes de esgoto ou corpos hídricos;

- b) A Contratada deverá manter controle dos resíduos perigosos gerados (quando for o caso), com registros mínimos de tipo de resíduo, quantidade, data e destinação, apresentando, sempre que solicitado, os comprovantes de destinação final em empresas licenciadas;
- c) É vedada qualquer forma de preparo, mistura ou lavagem de equipamentos de aplicação em locais que possam provocar contaminação de reservatórios, redes de água potável ou áreas de preparo de alimentos.

5.4.1.6. Registro e monitoramento

- a) Ao término de cada ciclo de controle de pragas, a Contratada deverá emitir relatório sucinto indicando: áreas tratadas, produtos utilizados (nome comercial e ingrediente ativo), formas de aplicação, quantidades aplicadas, eventuais ocorrências (acessos indevidos, incidentes, necessidade de reaplicação) e orientações repassadas ao fiscal;
- b) Os relatórios servirão de base para o monitoramento da eficácia do serviço e eventual ajuste de rotas, frequências e métodos nas execuções seguintes.
- c) Sempre que solicitado pela fiscalização, a Contratada deverá consolidar relatórios estatísticos de ocorrências e atendimentos, com histórico de áreas tratadas, tipos de praga predominantes e periodicidade de intervenções, de forma a permitir o acompanhamento da eficácia do programa de controle.

5.4.2. Rotinas específicas para a limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável (caixas d'água e cisternas)

5.4.2.1. Preparação e interrupção do uso

- a) Antes do início de cada intervenção, a Contratada deverá, em coordenação com o fiscal do contrato e com os responsáveis pela instalação, planejar a interrupção do abastecimento a partir do reservatório a ser limpo, considerando a necessidade de armazenamento prévio de água em pontos alternativos para não comprometer atividades essenciais;
- b) O uso da água proveniente do reservatório a ser limpo deverá ser interrompido com antecedência mínima necessária para o esvaziamento seguro, observadas as características do sistema (gravidade, bombas, válvulas) e de forma a evitar danos à infraestrutura;
- c) Durante todo o período de limpeza, desinfecção, enxágue, reenchimento e estabilização da qualidade da água, o reservatório deverá permanecer fora de uso, sendo vedada a utilização de água para consumo humano até

a liberação expressa pelo fiscal, com base no laudo de potabilidade ou em critério técnico previsto neste Termo de Referência.

5.4.2.2. Isolamento e sinalização

- a) A área de acesso ao reservatório (cisterna ou caixa d'água) deverá ser isolada com barreiras físicas e sinalização, impedindo a circulação de pessoas não envolvidas no serviço, especialmente em locais com tampas abertas, escadas, tampas removidas ou risco de queda;
- b) Deverão ser afixadas sinalizações de advertência, no mínimo com as expressões “SERVIÇO EM EXECUÇÃO – LIMPEZA DE RESERVATÓRIO” e “NÃO UTILIZAR ESTA ÁGUA”, nos pontos de consumo diretamente alimentados pelo reservatório em manutenção;
- c) O acesso ao interior de cisternas ou reservatórios enterrados somente poderá ocorrer por profissionais devidamente treinados, utilizando EPIs adequados e observando as normas de segurança para trabalho em espaços confinados, quando aplicável.

5.4.2.3. Procedimentos de limpeza e desinfecção

- a) O esvaziamento do reservatório deverá ser realizado de forma controlada, evitando esforços ou descargas que possam comprometer a integridade estrutural das instalações ou causar erosão e alagamentos nas áreas adjacentes;
- b) A limpeza mecânica (remoção de lodo, incrustações, sedimentos e biofilmes) deverá ser feita com escovas, rodos e utensílios adequados, sendo vedado o uso de materiais que possam danificar o revestimento interno do reservatório;
- c) A desinfecção química deverá ser realizada com produtos regularizados pela ANVISA para desinfecção de água potável, observando rigorosamente as dosagens, tempos de contato e formas de aplicação estabelecidos pelo fabricante e pela legislação sanitária;
- d) Após a desinfecção, deverão ser realizados enxágues adequados até a remoção dos resíduos de produtos e, em seguida, o reservatório será reenchido com água limpa;
- e) Os procedimentos deverão minimizar o desperdício de água, compatibilizando a segurança sanitária com o uso racional do recurso.

5.4.2.4. Resíduos, lodos e efluentes da limpeza

- a) Sedimentos, lodos e resíduos removidos do interior dos reservatórios não poderão ser lançados diretamente em bocas de lobo, canais pluviais,

corpos hídricos ou áreas verdes sem avaliação prévia, devendo ser direcionados a pontos de descarte adequados indicados pela Administração ou destinados em conformidade com a legislação ambiental;

- b) Panos, escovas, filtros descartáveis, EPIs inutilizados e demais materiais contaminados deverão ser acondicionados em recipientes próprios e destinados de forma ambientalmente adequada, vedado o descarte aleatório em áreas operacionais;
- c) A Contratada deverá orientar o fiscal do contrato quanto a eventuais necessidades de apoio logístico para o transporte e destinação dos resíduos, quando estes não puderem ser absorvidos pelas rotinas regulares de limpeza e coleta de resíduos da Organização Militar.

5.4.2.5. Recomendações pós-serviço e laudos de potabilidade

- a) Após a conclusão da limpeza, desinfecção e reenchimento, a Contratada deverá coletar amostras de água para ensaio de potabilidade, em laboratório acreditado, nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência;
- b) Até a emissão do laudo indicando conformidade com o padrão de potabilidade, a utilização da água para consumo humano deverá seguir as orientações técnicas definidas pela Administração, podendo haver restrição total ou parcial, conforme o caso;
- c) A Contratada deverá emitir relatório de serviço contendo: identificação do reservatório, data e horário de início e término, descrição dos procedimentos executados, produtos e dosagens utilizadas, volume aproximado de água descartada, orientações repassadas aos usuários e eventuais não conformidades observadas;
- d) Os laudos de potabilidade deverão ser entregues ao fiscal do contrato e arquivados para fins de rastreabilidade e comprovação do atendimento às normas sanitárias.

5.4.2.6. Segurança dos trabalhadores

- a) A Contratada deverá assegurar que todos os trabalhadores envolvidos na limpeza de reservatórios utilizem EPIs adequados (por exemplo: botas antiderrapantes, luvas, capacete, óculos de proteção, máscara respiratória, cintos de segurança quando aplicável), em conformidade com as normas de segurança do trabalho;

- b) É vedada a permanência de trabalhadores no interior de reservatórios sem acompanhamento externo e sem meios de comunicação e resgate compatíveis com o risco da atividade;
- c) Em caso de ocorrência de acidente, incidentes ou qualquer situação que represente risco à integridade física dos trabalhadores ou à segurança sanitária da água, a Contratada deverá interromper imediatamente o serviço e comunicar o fato ao fiscal do contrato, adotando as medidas corretivas necessárias.

5.4.3. Comunicação com usuários das instalações

- 5.4.3.1. Cabe à Contratada fornecer ao fiscal do contrato, com antecedência mínima, as informações necessárias para que os responsáveis pelas Organizações Militares possam comunicar, de forma clara e tempestiva, as restrições de uso de áreas e de água decorrentes da execução dos serviços;
- 5.4.3.2. Sempre que houver necessidade de interdição de áreas de grande circulação ou de setores sensíveis (refeitórios, alojamentos, enfermarias, escolas, creches e outros), a Contratada deverá adequar o cronograma às orientações da Administração, de modo a reduzir o impacto operacional sem prejudicar a eficácia sanitária do serviço.

Materiais a serem disponibilizados

- 5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:
 - 5.5.1. Equipamentos de limpeza de reservatórios (bombas de esgotamento, escovas, lavadoras de alta pressão, equipamentos de iluminação, etc.);
 - 5.5.2. Equipamentos de aplicação de praguicidas (pulverizadores manuais e motorizados, atomizadores, equipamentos de isca e armadilhas, etc.); e
 - 5.5.3. Produtos saneantes e praguicidas devidamente registrados, em quantidade suficiente para cumprimento das rotinas programadas e emergenciais, observando-se a vedação de fracionamento inadequado e o correto armazenamento nas dependências da BFNIG, quando autorizado.
 - 5.5.4. Para os serviços de desratização, a Contratada deverá disponibilizar porta-isca adequadas e substituí-los sempre que necessário, mantendo registro de sua localização e do controle de consumo das iscas.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

- 5.6.1. Volume estimado anual de reservatórios a serem limpos e desinfetados de aproximadamente 13.544 m³/ano, considerando as instalações da BFNIG e OM apoiadas;
- 5.6.2. Área física estimada de 133.285 m² a ser atendida por serviços de controle de vetores e pragas, abrangendo alojamentos, rancho, cozinhas, áreas administrativas, áreas técnicas e externas, conforme detalhamento no Apêndice I; e
- 5.6.3. Necessidade de atendimento emergencial em até 72 horas para ocorrências relacionadas a contaminação de reservatório, infestação súbita de pragas ou determinação de órgãos de vigilância sanitária, sem acréscimo de custo além dos preços unitários contratados.

Especificação da garantia do serviço

5.7. O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), aplicável aos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao fim a que se destinam, sem prejuízo das responsabilidades contratuais decorrentes de eventuais danos à saúde da tropa ou interrupções de abastecimento de água atribuíveis à má execução dos serviços.

Uniformes

- 5.8. Os uniformes a serem fornecidos pelo Contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada nas instalações da BFNIG e OM apoiadas, compreendendo peças adequadas às condições climáticas locais, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:
- 5.8.1. O uniforme deverá compreender, no mínimo, camisa de manga, calça comprida e calçado fechado de segurança, sendo vedado o uso de vestimenta inadequada à natureza dos serviços;
 - 5.8.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade compatíveis com o uso intenso e com as normas de segurança do trabalho aplicáveis; e

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.9. Não serão necessários procedimentos complexos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto, devendo a Contratada apenas concluir os serviços programados e pendentes, entregar os relatórios finais de execução e garantir a disponibilização dos laudos de potabilidade e registros de controle de pragas para subsidiar eventual nova contratação.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Preposto

- 6.5. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.
- 6.6. A Contratada deverá manter preposto da empresa disponível para atendimento às convocações do Contratante e, sempre que expressamente determinado em contrato ou ordem de serviço, no local da execução dos serviços durante as atividades de limpeza de reservatórios e controle de pragas.
- 6.7. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- 6.11. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.15. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:
- 6.15.1. Verificar a correta execução das etapas de limpeza e desinfecção dos reservatórios, bem como a observância dos procedimentos de segurança e isolamento de áreas;
 - 6.15.2. Acompanhar a aplicação de produtos de controle de pragas, verificando dosagens, métodos e registro de áreas tratadas;
 - 6.15.3. Conferir laudos de potabilidade emitidos e registros de monitoramento de pragas, comunicando à área de saúde e às OM interessadas eventuais inconformidades.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da Contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias eventualmente exigidas em prorrogações, as glosas e

a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

- 6.20. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.20.1. Coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da Administração;
- 6.20.2. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 6.20.3. Acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- 6.20.4. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- 6.20.5. Tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- 6.20.6. Elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração; e
- 6.20.7. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a

indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela Contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1. às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou instrumento equivalente definido no edital, considerando os níveis de serviço pactuados para a limpeza e desinfecção de reservatórios e para o controle integrado de vetores e pragas.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. Não produziu os resultados acordados (ex.: reservatório com laudo insatisfatório, reincidência de pragas em nível acima do aceitável);

7.2.2. Deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida, as atividades contratadas; ou

7.2.3. Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará, dentre outros, os seguintes critérios:

7.4.1. Volume efetivamente limpo e desinfetado de reservatórios (m³) no período de referência, atestado pelo fiscal técnico e acompanhado dos respectivos laudos de potabilidade quando exigidos;

7.4.2. Área efetivamente tratada por serviços de controle de vetores e pragas (m²) e registros de aplicação e monitoramento;

- 7.4.3. Cumprimento dos prazos de mobilização, execução e atendimento emergencial estabelecidos neste Termo de Referência; e
- 7.4.4. Observância às exigências de segurança, uso de EPIs, proteção das instalações e não ocorrência de danos a bens ou à saúde dos usuários por falhas na prestação dos serviços.

Recebimento

- 7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.
- 7.5.1. Para fins de recebimento provisório, considerar-se-á concluída a etapa contratual correspondente quando:
- a) nos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios (caixas d'água e cisternas), houver a integral execução das atividades previstas neste Termo de Referência, com emissão e apresentação à Administração do respectivo laudo de análise de potabilidade da água, emitido por laboratório competente, em conformidade com as normas aplicáveis; e
 - b) nos serviços de controle integrado de vetores e pragas (incluindo dedetização, desratização e descupinização), houver a integral execução das aplicações previstas, com apresentação de relatório técnico contendo a identificação das áreas tratadas, produtos utilizados, dosagens, método de aplicação, período de carência/restrição de acesso e prazo de eficácia estimado, devidamente assinado pelo responsável técnico habilitado.
- 7.6. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado, acompanhada da comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.
- 7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.
- 7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.
- 7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.10. Para efeito de recebimento provisório e faturamento, será considerado, em regra, o conjunto de serviços efetivamente executados em cada ordem de serviço, abrangendo todas as atividades previstas para a limpeza e desinfecção

de reservatórios e/ou para o controle integrado de vetores e pragas, conforme o caso, devidamente atestado pela fiscalização.

7.11. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.11.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, o que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à Contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.12. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.13. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.14. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.15. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos manuais, certificados, laudos e instruções exigíveis neste Termo de Referência.

7.16. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.17. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o termo detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa, bem como demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.18. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- 7.18.1. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento;
- 7.18.2. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;
- 7.18.3. emitir termo detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 7.18.4. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 7.18.5. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.19. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.20. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 7.21. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.22. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 7.23. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de

despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.24. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.25. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.26. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.27. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.27.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.27.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.28. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.29. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam

acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.30. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.31. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.32. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.33. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) de correção monetária.

Forma de pagamento

7.34. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.35. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.36. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.36.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.37. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Reajuste

7.38. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 20MAR2026, nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021.

- 7.39. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 7.40. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.41. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.42. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.43. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.44. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.45. O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

- 7.46. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 7.46.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 7.46.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.46.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.46.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.47. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- 8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
- 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.
- 8.2.4. Multa:
- 8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.
- 8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;
- 8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- 8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.
- 8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação:

- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.
- 8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.
- 8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.
- 8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e
 - 8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que

também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Regime de execução

9.2. O regime de execução do objeto será empreitada por preço unitário, considerando que a medição será realizada com base em unidades efetivamente executadas (m³ de reservatório tratado e m² de área atendida em controle de pragas), conforme especificado no item 1.1 deste Termo de Referência.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.3. Aplicam-se as regras do modelo para contratações por preço unitário, estabelecendo-se no item 1.1 deste Termo de Referência os preços unitários máximos.

9.3.1. Os preços unitários máximos terão como base a pesquisa de preços realizada nos termos da IN SEGES/ME nº 65/2021, juntada ao processo; e

9.3.2. Serão desclassificadas propostas que contenham preço unitário superior ao máximo estabelecido ou manifestamente inexequível, nos termos do art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

9.8. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 9.11. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.13. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de:
- a) Limpeza de reservatórios de água, expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, comprovando a conformidade com as normas da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) que regulam a qualidade da água para consumo humano e as legislações sanitárias estaduais e municipais pertinentes.
 - b) Controle de pragas urbanas (dedetização), expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, em conformidade com a RDC ANVISA nº 792/2023 e RDC ANVISA nº 793/2023.
 - c) Controle de pragas urbanas (descupinização), expedido pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual, em conformidade com a RDC ANVISA nº 792/2023 e RDC ANVISA nº 793/2023.
- 9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

- 9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

- 9.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor.
- 9.25. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:
 - $LG = \text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$
 - $SG = \text{Ativo Total} / \text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}$
 - $LC = \text{Ativo Circulante} / \text{Passivo Circulante}$
- 9.25.1. Além dos índices econômicos previstos no item 9.25, a licitante deverá comprovar possuir Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro, apurado pela fórmula $CCL = \text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$, em valor

mínimo correspondente a 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação.

9.25.2. A licitante deverá comprovar Patrimônio Líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, mediante apresentação do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e registradas na forma da lei.

9.25.3. Os requisitos dos itens 9.25.1 e 9.25.2 deverão ser comprovados por meio de demonstrações contábeis assinadas por profissional regularmente habilitado.

9.26. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura

Qualificação Técnico-Operacional

9.29. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.29.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.29.1.1. contrato(s) que comprove(m) a experiência mínima de 2 (dois) anos do fornecedor na prestação dos serviços, em períodos sucessivos ou não, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes;

9.29.1.2. Para os serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios, será exigida a comprovação de execução anterior de serviços com volume equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado para a contratação, expresso em metros cúbicos (m³).

9.29.1.3. Para os serviços de controle de vetores e pragas urbanas, será exigida a comprovação de execução anterior de serviços com volume equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do quantitativo estimado para a contratação, expresso em metros cúbicos (m³).

- 9.29.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.
- 9.29.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 9.29.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.
- 9.29.5. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.
- 9.29.6. Os atestados de capacidade técnica deverão comprovar aptidão para a execução de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável e/ou controle integrado de vetores e pragas urbanas, com características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, admitida a comprovação em conjunto, por meio de mais de um atestado, desde que:
- a) refiram-se a serviços similares aos ora licitados; e
 - b) correspondam, no somatório, a pelo menos 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos anuais estimados de limpeza de reservatórios (m³) e/ou de área atendida por controle de pragas (m²), conforme Apêndice I deste Termo de Referência.
- 9.29.7. Serão aceitos somente atestados emitidos em papel timbrado da pessoa jurídica contratante, devidamente assinados, datados e que indiquem, no mínimo, o período de execução, a descrição dos serviços prestados e os quantitativos atendidos.
- 9.29.8. Os atestados deverão referir-se a contratos concluídos ou, quando em execução, comprovar histórico de prestação de serviços por período mínimo de 2 (dois) anos, contínuos ou não, na atividade, admitido o somatório de períodos distintos.

Qualificação técnico-profissional e requisitos específicos de habilitação sanitária e ambiental

- 9.30. A licitante deverá comprovar que possui, em seu quadro permanente ou como responsável técnico contratado, profissional de nível superior habilitado

para as atividades de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável e controle de vetores e pragas urbanas, com registro ativo no respectivo conselho profissional competente, o qual responderá tecnicamente pelos serviços durante toda a vigência contratual.

9.30.1. Deverá ser apresentada declaração formal do Responsável Técnico, com firma reconhecida, de que acompanhará e se responsabilizará pelos serviços prestados durante todo o período da contratação.

9.30.2. Deverá ser apresentado comprovante de Registro de Pessoa Jurídica (RPJ) da licitante junto ao conselho profissional competente para os serviços objeto deste certame.

9.30.3. Deverá ser apresentada cópia de documento de identidade do Responsável Técnico.

ANVISA / Vigilância / IBAMA / INEA

9.30.4. A licitante deverá apresentar ato de autorização/registro junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, quando exigido, que comprove a autorização para execução dos serviços propostos, em conformidade com a legislação sanitária aplicável.

9.30.5. A licitante deverá apresentar licença/auto de funcionamento expedido pela Vigilância Sanitária do Município ou do Estado de sua sede, apto a comprovar a autorização para a prestação de serviços de:

- a) limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável; e
- b) controle de vetores e pragas urbanas (dedetização, desratização, descupinização e congêneres).

9.30.6. Deverá ser apresentado Certificado de Inspeção Sanitária do(s) veículo(s) utilizado(s) para o transporte de produtos destinados ao controle de vetores e pragas urbanas, emitido pela Vigilância Sanitária do município de sede da empresa licitante, quando exigível pela legislação local.

9.30.7. Deverá ser apresentada certidão/registro federal emitido pelo IBAMA, quando exigido, para o transporte de produtos perigosos relacionados às atividades de controle de vetores e pragas urbanas.

9.30.8. Quando a execução dos serviços no Estado do Rio de Janeiro envolver atividades sujeitas ao licenciamento ambiental, a licitante deverá comprovar o atendimento às exigências da legislação ambiental estadual, em especial da Lei nº 7.806, de 12 de dezembro de 2017, mediante apresentação de licença ambiental expedida pelo INEA ou outro documento equivalente exigido para o exercício das atividades contratadas.

Disposições gerais sobre habilitação

- 9.31. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
- 9.32. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
- 9.33. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.34. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 9.35. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

- 9.36. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 9.36.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- 9.36.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- 9.36.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- 9.36.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- 9.36.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.36.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.36.6.1. ata de fundação;

9.36.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.36.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.36.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.36.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.36.6.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.36.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 593.018,55 (quinhentos e noventa e três mil dezoito reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.




11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Rio de Janeiro, RJ, conforme assinatura digital.

 Documento assinado digitalmente JONATHAN NASCIMENTO DE LIMA Data: 17/06/2026 17:54:27-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	 Documento assinado digitalmente RODRIGO ULYSSES SANTOS SILVA Data: 17/06/2026 18:08:27-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br	 Documento assinado digitalmente JOAO PAULO DE FREITAS MOTA Data: 17/06/2026 18:45:04-0300 Verifique em https://validar.iti.gov.br
---	--	---

JONATHAN N. DE LIMA Equipe de apoio	RODRIGO U. SANTOS SILVA Equipe de apoio	JOÃO PAULO DE FREITAS MOTA Equipe de Planejamento
---	---	---

APÊNDICE - ANEXO I**BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO GOVERNADOR**

Estudo Técnico Preliminar nº 63386001536/2026-22

1. Informações Básicas**Número do processo: 63386001536/2026-22**

Órgão demandante: Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG)
UASG: 795180

Unidades abrangidas: BFNIG (órgão gerenciador) e Organizações Militares apoiadas no Complexo Naval da Ilha do Governador (CNIG), conforme regulamentação do Sistema de Registro de Preços ou instrumento convocatório.

2. Observação

O presente Estudo Técnico Preliminar foi elaborado especificamente para analisar a viabilidade técnica, econômica e operacional da contratação de serviços contínuos de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável e controle integrado de vetores e pragas urbanas no âmbito da BFNIG, das Organizações Militares apoiadas no CNIG e de eventuais participantes da Marinha do Brasil.

3. Descrição da necessidade**INTRODUÇÃO**

As atividades desenvolvidas pela Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador (BFNIG) e pelas Organizações Militares apoiadas no Complexo Naval da Ilha do Governador (CNIG) dependem de condições sanitárias rigorosamente controladas para a manutenção da saúde da tropa e a continuidade das missões operacionais. Em especial, a produção diária de refeições para um efetivo superior a 2.000 militares, a operação de alojamentos coletivos e o funcionamento de instalações administrativas e de apoio exigem que a água utilizada para consumo humano e preparo de alimentos mantenha padrões adequados de potabilidade e que os ambientes estejam protegidos contra vetores e pragas urbanas.

O conjunto de instalações da BFNIG e das oito Organizações Militares apoiadas concentra grande volume de reservatórios de água potável, com capacidade global estimada em cerca de 15.000 m³, e extensas áreas internas e externas que superam 1,4 milhão de m². Esse porte, somado ao caráter contínuo das atividades, torna inviável o atendimento da demanda apenas com meios orgânicos, tanto pela ausência de pessoal especializado quanto pela falta de equipamentos, insumos específicos e licenças ambientais e sanitárias exigidas para tais serviços.

Neste contexto, faz-se necessário planejar e estruturar a contratação de empresa especializada para execução de serviços contínuos de limpeza e desinfecção de caixas d'água e cisternas, com emissão de laudos de potabilidade, bem como serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas (dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e congêneres), em conformidade com as normas de vigilância sanitária e segurança do trabalho vigentes.

I – NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

O problema administrativo a ser equacionado consiste na iminente expiração da contratação vigente, a qual atualmente assegura a execução dos serviços de higienização de reservatórios de água potável e controle de vetores e pragas urbanas nas instalações da BFNIG e das OM apoiadas do CNIG.

A ausência de uma nova licitação tempestivamente planejada e estruturada poderá acarretar a descontinuidade desses serviços essenciais, comprometendo a manutenção das condições sanitárias adequadas nas Organizações Militares apoiadas.

Considerando a natureza contínua, essencial e preventiva dessas atividades, especialmente em áreas sensíveis como cozinhas, ranchos, alojamentos, sistemas de abastecimento de água e demais instalações operacionais, eventual interrupção dos serviços expõe as unidades a riscos sanitários relevantes, com potencial impacto direto à saúde do efetivo, à segurança alimentar e à qualidade da água destinada ao consumo humano.

Ademais, a descontinuidade desses serviços pode comprometer o adequado funcionamento das atividades logísticas e operacionais, afetando, ainda que indiretamente, o cumprimento da missão institucional da Força, sobretudo no que se refere à manutenção da prontidão e da capacidade de apoio às operações.

Dessa forma, faz-se necessária a adoção de providências administrativas para a realização de novo procedimento licitatório, de modo a garantir a continuidade, regularidade, padronização e adequada execução dos serviços, em conformidade com as exigências sanitárias e operacionais vigentes.

- **Reservatórios de água potável (caixas d'água e cisternas):** o acúmulo de sedimentos, biofilmes, matéria orgânica e eventual presença de vetores (insetos, roedores e outros) pode comprometer a qualidade da água, facilitando a proliferação de microrganismos patogênicos (bactérias, vírus, protozoários) e aumentando o risco de surtos de doenças de veiculação hídrica entre militares e servidores civis.

- **Ranchos e cozinhas:** a água utilizada na higienização de utensílios, na manipulação de alimentos e na própria cocção precisa atender a padrões de potabilidade, sob pena de contaminação das refeições e de adoecimentos em larga escala. Além disso, a presença de baratas, roedores e outras pragas em áreas de preparo e armazenamento de gêneros alimentícios é incompatível com as normas de vigilância sanitária e pode ensejar interdições e desperdício de insumos.

- **Alojamentos e áreas de permanência da tropa:** ambientes com elevada concentração de militares em regime de alojamento coletivo são particularmente sensíveis à presença de vetores e pragas urbanas (mosquitos, pulgas, percevejos, roedores, formigas, entre outros), que impactam diretamente o conforto, o descanso e a saúde da tropa, com reflexos na prontidão operacional.

- **Instalações de saúde, administrativas e depósitos:** a falta de controle regular de pragas e de higienização de reservatórios de água também afeta setores de atendimento médico, áreas de escritório e depósitos de materiais e víveres, aumentando o risco de perdas materiais, contaminações cruzadas e afastamentos por motivos de saúde.

O impacto da não contratação é elevado sob diversas perspectivas:

- **Sanitária:** maior probabilidade de ocorrência de surtos de doenças gastrointestinais e outras enfermidades de veiculação hídrica ou associadas a vetores (leptospirose, arboviroses, zoonoses diversas), com potencial de atingir simultaneamente grande número de militares e comprometer a capacidade de mobilização da Força.

- **Operacional:** afastamentos médicos, necessidade de replanejamento súbito de escalas e eventual

interdição de ranchos, cozinhas ou alojamentos prejudicam a rotina de instrução, adestramento e apoio logístico da BFNIG e das OM apoiadas.

- **Legal e regulatória:** descumprimento de normas da vigilância sanitária, trabalhistas e ambientais pode gerar autuações, termos de ajustamento, interdições pontuais de instalações e responsabilizações administrativas de gestores.

- **Econômica:** a ausência de planejamento e de um contrato estruturado tende a forçar contratações emergenciais mais onerosas, sem ganho de escala e sem padronização técnica mínima, além de aumentar o risco de perda de estoques alimentares por contaminação.

Diante do exposto, a contratação de serviços contínuos de limpeza e desinfecção de caixas d'água e cisternas, com emissão de laudos de potabilidade, e de controle integrado de vetores e pragas urbanas é necessária para garantir:

- qualidade e segurança da água distribuída para consumo e preparo de alimentos;
- salubridade dos ambientes de trabalho, descanso e alimentação;
- redução de riscos sanitários e ambientais nas instalações da BFNIG e das OM apoiadas;
- atendimento às normas aplicáveis e mitigação de responsabilidades legais dos gestores.

4. Área requisitante

Área requisitante: Departamento de Material da BFNIG

Responsáveis pela demanda: 2ºSG-FN-ES 08.0608.35 JONATHAN NASCIMENTO DE LIMA

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

A plena satisfação da necessidade identificada exige que a contratação observe, de forma integrada, requisitos técnicos, operacionais, legais e de controle de resultados. Os principais requisitos são:

a) Qualificação técnica da contratada

- Empresa regularmente registrada junto aos órgãos de vigilância sanitária e ambientais competentes, habilitada para:
 - execução de serviços de limpeza, desinfecção e higienização de reservatórios de água potável (caixas d'água e cisternas);
 - execução de serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas (dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e congêneres).
- Responsável técnico com formação compatível, com registro em conselho profissional, devidamente indicado e vinculado contratualmente à empresa.

Justificativa para a exigência de qualificação técnico-operacional da empresa:

Para a comprovação da aptidão técnico-operacional da empresa, será exigida a apresentação de atestados de capacidade técnica que comprovem a execução de serviços similares aos do objeto desta contratação, envolvendo, no mínimo, **50% (cinquenta por cento)** dos quantitativos dos serviços de maior relevância e valor significativo (Limpeza e Desinfecção de Reservatórios de Água Potável e/ou Controle Integrado de Pragas Urbanas).

Esta exigência encontra amparo no **Art. 67, § 2º, da Lei nº 14.133/2021**, que estabelece o limite de até 50% para a comprovação de quantitativos mínimos em atestados de capacidade técnica. Adicionalmente, o **Acórdão TCU nº 1604/2025-Plenário** reforça a incompatibilidade de

exigências superiores a esse percentual, especialmente em contratações por postos de trabalho ou serviços contínuos, afastando interpretações mais restritivas.

A adoção do limite de 50% visa a um equilíbrio entre a necessidade de assegurar que a empresa possua experiência relevante e a promoção da mais ampla competitividade. Para os serviços de limpeza de reservatórios e controle de pragas, que envolvem riscos sanitários e operacionais significativos para a saúde da tropa e a manutenção das instalações militares, a comprovação de experiência em metade do volume ou porte do objeto é considerada o mínimo indispensável para garantir a capacidade de execução adequada, a qualidade dos serviços e a segurança das intervenções, sem, contudo, restringir indevidamente a participação de licitantes aptos.

b) Qualidade da água e emissão de laudos

Emissão periódica de laudos de potabilidade para os reservatórios atendidos, emitidos por laboratório especializado que atenda às normas de vigilância sanitária e, quando aplicável, devidamente acreditado ou licenciado pelo órgão competente.

- A emissão do laudo deverá ocorrer **após a execução dos serviços de limpeza e desinfecção dos reservatórios**, de forma a atestar a qualidade da água disponibilizada para consumo humano após a intervenção.
- O laudo deverá ser apresentado em prazo **não superior a 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de conclusão dos serviços.
- Escopo analítico alinhado aos parâmetros mínimos exigidos para água destinada ao consumo humano, contemplando, no mínimo, análises físico-químicas básicas e microbiológicas, em conformidade com a **Portaria GM/MS nº 888/2021**.

c) Execução dos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios

- Metodologia que inclua esvaziamento, limpeza mecânica, remoção de sedimentos, desinfecção com agentes compatíveis com uso em água potável e enxágue adequado, respeitando tempos de contato, diluições e procedimentos de segurança.
- Fornecimento, pela contratada, de todos os equipamentos, materiais e insumos necessários (equipamentos de proteção individual e coletiva, bombas, escovas, produtos desinfetantes, sinalização de áreas isoladas etc.).
- Programação periódica em escala compatível com a capacidade de 15.000 m³ de reservatórios, garantindo ciclos regulares de higienização de todas as caixas d'água e cisternas das OM abrangidas.

d) Execução dos serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas

- Abordagem de manejo integrado, combinando medidas químicas, mecânicas e de barreira física, com foco nas seguintes áreas sensíveis:
 - ranchos e cozinhas (incluindo depósitos de gêneros alimentícios);
 - Alojamentos (dormitórios, vestiários e áreas de convivência);
 - Instalações de saúde (ambulatórios, enfermarias e congêneres);
 - áreas administrativas e depósitos em geral;
 - áreas externas com potencial de proliferação de vetores.

- Utilização de produtos domissanitários regularizados junto à autoridade sanitária competente, em apresentações e dosagens adequadas, sempre com Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ) disponíveis para fiscalização.
- Planejamento periódico de aplicações (ciclos regulares) e capacidade de atendimento a demandas extraordinárias (por exemplo, aumento sazonal de infestação em áreas específicas), sem comprometer a rotina prevista.

e) Requisitos de segurança, saúde e meio ambiente

- Cumprimento das Normas Regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, especialmente:
 - NR-06 – Equipamentos de Proteção Individual (EPI);
 - NR-07 – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO);
 - NR-01 – Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO/PGR);
 - NR-33 – Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaços Confinados;
 - NR-35 – Trabalho em Altura, quando aplicáveis aos serviços em reservatórios elevados ou subterrâneos.
- Plano de gerenciamento de resíduos gerados nas atividades (embalagens de produtos químicos, resíduos de limpeza de reservatórios, sobras de iscas e armadilhas), em conformidade com a **Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos)**.
- Adoção de procedimentos operacionais que evitem a contaminação do solo, da rede pluvial e de corpos hídricos durante a aplicação de produtos químicos e a execução dos serviços, em conformidade com a **Lei nº 6.938/1981 (Política Nacional do Meio Ambiente)**.

f) Requisitos operacionais e de integração com a rotina militar

- Os serviços deverão ser executados conforme programação definida pela Administração, mediante prévio agendamento junto à contratada e após a devida emissão da nota de empenho.
- A execução ocorrerá, preferencialmente, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 08h e 16h.
- Excepcionalmente, os serviços poderão ser realizados aos finais de semana, especialmente aos sábados, no mesmo intervalo de horário (08h às 16h), desde que previamente acordado entre as partes, sem ônus adicional para a Administração, quando tal medida se mostrar necessária para minimizar impactos nas atividades operacionais das Organizações Militares apoiadas.
- A programação das intervenções deverá considerar a dinâmica de funcionamento de cada Organização Militar, priorizando períodos de menor fluxo de pessoal, de modo a reduzir interferências nas rotinas de preparo de refeições, higiene da tropa e atividades administrativas.
- A contratada deverá realizar coordenação prévia com cada Organização Militar atendida, assegurando que eventuais interrupções temporárias no abastecimento de água ou necessidade de isolamento de áreas sejam devidamente planejadas e comunicadas com antecedência mínima acordada com a fiscalização do contrato.
- Deverá ser apresentado, no início da execução contratual, Plano de Trabalho contendo, no mínimo: cronograma de execução dos serviços, identificação e mapeamento dos reservatórios, priorização de áreas críticas e definição dos fluxos de comunicação com a fiscalização do contrato e responsáveis locais de cada Organização Militar.

g) Requisitos de registro, rastreabilidade e transparência

- Emissão de relatórios de serviço por intervenção, contendo identificação da OM e do local atendido, data e horário, descrição detalhada da atividade, produtos utilizados e responsáveis pela execução.
- Registro organizado de laudos de potabilidade, com vinculação clara ao respectivo reservatório e ciclo de higienização, de modo a permitir o acompanhamento histórico pelo fiscal e pela auditoria interna.
- Disponibilização de evidências fotográficas das intervenções, quando requerido pela fiscalização, especialmente nos reservatórios de maior capacidade ou criticidade.

RELAÇÃO DE NORMAS TÉCNICAS A SEREM OBSERVADAS POR ITEM:

Considerando a natureza do objeto, deverão ser observadas as seguintes normas e referências técnicas indispensáveis, sem prejuízo de exigências complementares em legislação aplicável:

Potabilidade da água:

- Portaria GM/MS nº 888/2021 – Estabelece os padrões de potabilidade da água para consumo humano.

Limpeza e desinfecção de reservatórios:

- RDC nº 216/2004 – Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação, incluindo requisitos de higienização de reservatórios e controle da qualidade da água.

Controle de vetores e pragas urbanas:

- RDC nº 52/2009 – Regulamenta o funcionamento de empresas especializadas na prestação de serviços de controle de vetores e pragas urbanas.

Segurança do trabalho (execução dos serviços):

- NR-33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados (aplicável às cisternas);
- NR-35 – Trabalho em altura (aplicável a reservatórios elevados).

• Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho

NR-06 (EPI), NR-07 (PCMSO), NR-01 (GRO/PGR), NR-33 (Espaços Confinados) e NR-35 (Trabalho em Altura); e

- **Lei nº 12.305/2010** – Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Estudo de Vantajosidade — Critério de Medição e Pagamento (Diária/Mensal)

Para os serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e cisternas, bem como para o controle integrado de vetores e pragas urbanas, a experiência da Administração demonstra que há, em regra, duas lógicas de precificação: por unidade de intervenção (m³ de reservatório ou m²/ambiente tratado) e por periodicidade predefinida (ciclos mensais, bimestrais ou trimestrais, por exemplo).

No caso específico da BFNIG e das OM apoiadas, a demanda caracteriza-se por:

- grande volume total de reservatórios (15.000 m³), distribuídos em diversas OM, com necessidade de higienização periódica planejada; e

- necessidade de aplicações regulares de controle de pragas em áreas internas e externas superiores a 160.000 mil m², com reforços pontuais conforme sazonalidade e identificação de focos.

Nessas condições, tende a ser mais vantajoso adotar um modelo de medição:

- **por ciclo executado** (para limpeza de reservatórios), tomando como base o volume efetivamente tratado (m^3) e o número de reservatórios atendidos; e
- **por área efetivamente tratada e quantidade de ciclos periódicos** (para controle de pragas), combinando preços unitários por m^2 ou por tipo de ambiente, associados a um calendário mínimo de intervenções.

Esse modelo permite:

- vincular o pagamento ao serviço efetivamente prestado, evitando desembolsos por capacidade ociosa;
- preservar flexibilidade para adequar a frequência de serviços a eventuais alterações de efetivo ou de uso de determinadas instalações; e
- manter previsibilidade orçamentária, ao fixar quantitativos mínimos de ciclos anuais para cada tipo de serviço, ajustáveis dentro dos limites legais de acréscimo ou supressão.

A adoção de remuneração puramente mensal, sem vinculação clara a ciclos e quantidades, poderia diluir a correlação entre serviço prestado e pagamento, dificultando a fiscalização e a aplicação de glosas. Assim, a diretriz de vantajosidade é:

- definir quantitativos base anuais de m^3 de reservatórios a higienizar e m^2 /ambientes a tratar com controle de pragas;
- estruturar a medição por ciclo de execução, com valores unitários por m^3 e por m^2 /ambiente, dentro de um cronograma mínimo obrigatório;
- permitir ajustes de quantitativos entre OM, mantendo-se o valor global estimado e respeitando as regras de alteração contratual da Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição dos Objetos Desejados

Item 1 – Serviços de limpeza e desinfecção de caixas d'água e cisternas, com emissão de laudos de potabilidade.

Descrição do Serviço

Contratação de empresa especializada para executar, de forma contínua e programada, serviços de limpeza, higienização e desinfecção de caixas d'água e cisternas que armazenam água potável nas instalações da BFNIG e das Organizações Militares apoiadas no CNIG, abrangendo o conjunto de reservatórios com capacidade global estimada de 15.000 m^3 , incluindo:

- inspeção prévia dos reservatórios, com registro de condições estruturais e sanitárias;
- esvaziamento controlado, com medidas para evitar desperdício de água e impactos nas rotinas das OM;
- remoção mecânica de sedimentos, incrustações e sujidades das paredes, teto e fundo dos reservatórios;
- desinfecção com produtos adequados para uso em água destinada ao consumo humano, obedecendo a concentrações, tempos de contato e procedimentos de segurança determinados pelas normas técnicas e pela vigilância sanitária;
- enxágue e nova inspeção, com verificação de odores, coloração e limpeza visual;

- recolhimento adequado dos resíduos sólidos gerados (lodos, sedimentos), com destinação ambientalmente adequada;
- emissão de laudos de potabilidade emitidos por laboratório especializado, para amostras coletadas de pontos representativos de abastecimento, após a higienização, com parâmetros mínimos microbiológicos e físico-químicos previstos na legislação vigente;
- identificação de cada reservatório atendido, com placa ou registro equivalente, contendo a data da limpeza e o prazo previsto para a próxima intervenção.

Os serviços deverão ser planejados em conjunto com cada OM, de forma a garantir que:

- durante a execução, haja alternativas de abastecimento ou plano de contingência para consumo e preparo de alimentos; e
- a periodicidade mínima de limpeza de cada reservatório atenda aos requisitos da vigilância sanitária e às boas práticas de gestão da qualidade da água, estabelecendo-se que cada reservatório deverá ser submetido a limpeza e desinfecção, no mínimo, a cada 6 (seis) meses.

Item 2 – Serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas (dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e congêneres)

Descrição do Serviço

Contratação de empresa especializada para execução de serviços contínuos de controle integrado de vetores e pragas urbanas nas instalações da BFNIG e das Organizações Militares apoiadas no CNIG, abrangendo áreas internas e externas (ranchos, alojamentos, instalações de saúde, depósitos, áreas administrativas e setores operacionais).

O serviço deverá contemplar:

- elaboração de diagnóstico inicial das áreas, com identificação de espécies predominantes, focos de infestação e fatores ambientais que favorecem a proliferação de pragas;
- definição de plano de manejo integrado, priorizando medidas preventivas e corretivas combinadas (selagem de pontos de entrada, manejo de resíduos, adequação de armazenagem, uso racional de iscas e armadilhas, aplicações direcionadas);
- aplicações periódicas de produtos domissanitários regularizados, por meio de técnicas adequadas (aspersão, pulverização, gel, iscas, fumigação local, entre outras), sempre com cuidado para não contaminar alimentos, utensílios, superfícies de preparo de refeições e equipamentos sensíveis;
- ações específicas de desratização em áreas de risco (entornos de ranchos, depósitos de gêneros, áreas de lixo e esgoto), com monitoramento da eficácia por meio de indicadores (consumo de iscas, redução de vestígios, relatos das OM);
- ações de descupinização e controle de xilófagos em estruturas e mobiliário quando necessário, com uso de produtos e técnicas adequadas ao ambiente militar e às normas de segurança;
- tratamento de focos emergenciais, mediante acionamento do fiscal ou responsável designado pela OM, com prazo de resposta compatível com a gravidade da situação;
- registro detalhado das intervenções (local, produto, concentração, quantidade aplicada, responsável, horário), com entrega periódica de relatórios consolidados à fiscalização.

O modelo de execução deverá ser compatível com a rotina do CNIG, prevendo:

- ciclos regulares de aplicação, definidos em comum acordo com a BFNIG e as OM apoiadas; e
- capacidade de reforço em períodos de maior incidência de vetores (por exemplo, meses mais quentes e úmidos), sem perda de qualidade dos serviços em outras áreas.

7. Levantamento de Mercado

Com base na natureza especializada dos serviços e na experiência de contratações semelhantes por órgãos públicos, é possível identificar a existência de empresas atuantes no mercado regional do Rio de Janeiro com porte e escopo compatíveis para:

- limpeza e desinfecção de grandes volumes de reservatórios de água potável, incluindo serviços para instalações industriais, hospitalares, educacionais e militares; e
- controle integrado de vetores e pragas urbanas em empreendimentos de grande área construída, como universidades, complexos industriais, hospitais, repartições públicas e condomínios de grande porte.

O levantamento preliminar indica que:

- há oferta de empresas que atuam de forma integrada nos dois segmentos (reservatórios e controle de pragas), o que favorece ganho de escala, redução de interfaces contratuais e padronização de procedimentos; e
- há empresas que atuam de forma segmentada, dedicando-se exclusivamente a um dos serviços (apenas limpeza de reservatórios ou apenas controle de pragas).

Do ponto de vista da BFNIG, é desejável privilegiar soluções integradas, desde que:

- não haja redução indevida da competitividade;
- os requisitos mínimos de qualificação técnica sejam atendidos (e não artificialmente ampliados de modo a restringir a participação); e
- a modelagem de preços permita identificar claramente os custos de cada tipo de serviço (reservatórios e controle de pragas), facilitando a fiscalização e possível comparação com contratações futuras.

Em relação à metodologia de precificação, observa-se que:

- a limpeza de reservatórios é usualmente precificada por m³ de capacidade ou por unidade, com faixas de preços distintas para diferentes volumes e tipos de acesso (elevados, subterrâneos, confinados);
- o controle de pragas urbanas é, em geral, precificado por m² de área interna e externa, por tipo de ambiente (cozinhas, alojamentos, áreas administrativas), ou por pacote de serviços/ciclos anuais.

Em conformidade com a IN SEGES/ME nº 65/2021, especialmente quanto aos parâmetros previstos no art. 5º, incisos II e IV, a estimativa de preços foi subsidiada por pesquisa de mercado, mediante:

- consulta ao Banco de Preços, com levantamento de contratações similares realizadas pela Administração Pública, em consonância com o art. 5º, inciso II; e

solicitação formal de cotações por e-mail a fornecedores do setor, com vistas à obtenção de orçamentos por escrito, observando o art. 5º, inciso IV.

8. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação, via pregão, de empresa especializada para prestação de serviços contínuos, sob demanda planejada, de:

- limpeza e desinfecção de caixas d'água e cisternas que armazenam água potável, com emissão de laudos de potabilidade; e
- controle integrado de vetores e pragas urbanas (dedetização, desinsetização, desratização, descupinização e congêneres),

abrangendo as instalações da BFNIG, das oito Organizações Militares apoiadas no CNIG e possibilitando a adesão de outras unidades da Marinha do Brasil, na forma da legislação vigente.

A solução é estruturada em torno de quatro eixos principais:

- a) **Garantia da qualidade da água:** por meio de higienização periódica de todos os reservatórios de água potável, aliada à emissão de laudos de potabilidade, de modo a assegurar que a água distribuída para consumo humano e preparo de alimentos atenda aos padrões legais e técnicos.
- b) **Controle sanitário de ambientes:** por meio de um programa contínuo de controle integrado de vetores e pragas urbanas, com foco em áreas sensíveis (ranchos, alojamentos, instalações de saúde, depósitos e áreas administrativas) e capacidade de resposta a situações emergenciais.
- c) **Gestão integrada em ambiente militar:** por meio de planejamento conjunto da BFNIG com as OM apoiadas e com a empresa contratada, definindo cronogramas, prioridades, fluxos de comunicação e procedimentos de segurança compatíveis com as rotinas e restrições de acesso de instalações militares.
- d) **Escalabilidade e padronização:** por meio de modelagem contratual que permita a participação de outras unidades da Marinha, ampliando o volume contratado, aumentando a economia de escala e padronizando procedimentos sanitários e ambientais em diferentes Organizações Militares, sem comprometer a rastreabilidade de serviços e a autonomia de planejamento de cada OM.

Essa solução responde diretamente aos problemas identificados:

- reduz risco de contaminação hídrica e de surtos de doenças de veiculação hídrica;
- previne e controla a presença de pragas em áreas críticas;
- assegura condições de habitabilidade e trabalho adequadas para a tropa e servidores;
- evita contratações emergenciais fragmentadas, permitindo planejamento orçamentário e logístico.

9. Estimativa das Quantidades a serem contratadas

A estimativa das quantidades para o item de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável foi construída com base no levantamento nominal das unidades atendidas pela BFNIG e OM apoiadas, considerando os volumes individuais de cada reservatório (caixas d'água e cisternas) e a periodicidade mínima de 6 (seis) em 6 (seis) meses.

Para o dimensionamento anual dos serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável, a estimativa de volume contratada tomou como base os reservatórios atualmente levantados

no âmbito do CNIG, conforme quadro a seguir, que representa a capacidade instalada efetivamente em uso nas diversas instalações da BFNIG e Organizações Militares apoiadas.

- BFNIG / BtlBld / ComDiv Anf – 120 m³
- BtlCmndoCt / PDU / BB / Capela – 94 m³
- C-1 – 170 m³
- C-2 – 120 m³
- R-10 – 1.000 m³
- R-1 / R-2 – 2.400 m³
- Base – 40 m³
- Comandante – 20 m³
- Casa-mata e Intendência – 20 m³
- Alojamentos SO/SG – 6 m³
- Alojamento CB/SD – 9 m³
- Rancho 1 – 90 m³
- Divanf – 50 m³
- R-12 – 1.000 m³
- C-4 – 240 m³
- R-15 / R-16 – 1.000 m³
- C-3 – 300 m³
- Riachuelo – 90 m³
- Rancho 2 – 60 m³ (6 caixas de 10.000 litros)
- Rancho 3 – 40 m³ (4 caixas de 10.000 litros)

O somatório desses reservatórios corresponde a aproximadamente 6.869 m³ de capacidade instalada. Considerando a periodicidade de limpeza de 6 em 6 meses, projeta-se, como referência, duas campanhas anuais de higienização, o que resultaria em volume anual técnico estimado de cerca de 13.738 m³.

Entretanto, para fins de dimensionamento contratual e gestão de riscos operacionais, adota-se margem técnica para eventuais variações (inclusão de novos pontos, reativação plena do Rancho 2, ajustes na planta hidráulica, oscilações de nível operacional e pequenas diferenças de medição), elevando o volume anual de referência para 15.000 m³ de limpeza/desinfecção de reservatórios, já considerando as duas intervenções anuais por reservatório.

Dessa forma, o quantitativo global de 15.000 m³/ano é suficiente para cobrir a necessidade atual da BFNIG e das OM apoiadas, contemplar a futura operação regular do Rancho 2 e absorver pequenas variações de capacidade, sem necessidade de aditivo contratual apenas para esse fim.

b) Serviços de controle integrado de vetores e pragas urbanas

- Área total interna e externa estimada: **165.601,69 m²**, distribuída entre a BFNIG e oito Organizações Militares (OM) apoiadas.
- Estimativa preliminar de ciclos anuais:
- Áreas de alimentação e ranchos: mensal (12x/ano)
- Alojamentos e áreas administrativas críticas: trimestral (4x/ano)
- Áreas externas ou de baixa criticidade: sob demanda ou bimestral (2x/ano), conforme detecção de pragas

Quantidade estimada anual de m² a tratar:

A estimativa foi calculada com base no consumo histórico registrado em 2025 pelas unidades do

CNIG, que utilizaram 90.526,42 m² de serviços de controle de pragas.

Considerando a possível reativação do Rancho 2 (1.000 m²/mês = 12.000 m²/ano) e aplicando uma margem de segurança de 30%, a quantidade total estimada para a contratação é de: **133.285,00 m²/ano**

- **Serviço de descupinização:**

Historicamente em 2025, o serviço cobriu apenas **350 m²**, mas recentemente foram detectados focos de cupins em prédios administrativos. Para atender a essas demandas atuais e potenciais, foi definido um quantitativo estimado de **20.000 m²**, a serem tratados **1x/ano**.

Justificativa técnica:

A estimativa adotada baseia-se exclusivamente no histórico de utilização do ano anterior, acrescida de ajustes operacionais e margem de segurança, garantindo cobertura adequada de todas as áreas críticas e esporádicas do complexo.

10. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 593.018,55

Os valores estimados da contratação são de R\$ 593.018,55 (quinhentos e noventa e três mil dezoito reais e cinquenta e cinco centavos).

11. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

A presente contratação abrange três objetos tecnicamente distintos, porém relacionados ao controle higiênico-sanitário das instalações da BFNIG/CNIG:

- **Item 1** – Limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável, com emissão de laudo de potabilidade;
- **Item 2** – Dedetização e controle de vetores e pragas urbanas em áreas internas e externas;
- **Item 3** – Descupinização e controle específico de cupins em estruturas e edificações.

Cada um desses serviços possui técnicas, produtos, equipamentos e equipes próprias, além de exigências normativas específicas (vigilância sanitária, saúde e segurança do trabalho e, no caso da água, parâmetros de potabilidade). Por outro lado, todos concorrem para um mesmo resultado administrativo: garantir condições adequadas de salubridade, segurança e conservação das instalações, com impacto direto na saúde dos militares e servidores e na preservação do patrimônio público.

Opta-se, assim, por licitar os três objetos por itens, sem agrupamento obrigatório, permitindo que:

- a) empresas especializadas apenas em limpeza de reservatórios e laudos possam concorrer exclusivamente ao Item 1;
- b) empresas focadas em dedetização e controle de pragas urbanas possam disputar o Item 2, mesmo que não atuem em limpeza de reservatórios ou descupinização;
- c) empresas com expertise específica em descupinização (tratamento de madeiras, estruturas e solo) possam concorrer ao Item 3 sem terem de comprovar experiência ou estrutura para os demais serviços.

Esse fracionamento por itens:

- **amplia a competitividade**, ao não restringir o certame apenas a empresas que executem simultaneamente os três tipos de serviço;
- **reduz barreiras de entrada** para micro e pequenas empresas com atuação segmentada;
- possibilita que a Administração **contrate fornecedores distintos** quando isso se mostrar mais vantajoso (melhor preço ou melhor desempenho técnico em cada especialidade);
- mantém a unidade do objeto no nível do edital, pois todos os itens tratam de serviços ambientais e sanitários integrados, facilitando o planejamento e a fiscalização.

Não se justifica o agrupamento compulsório dos três serviços em um único lote/grupo, pois isso poderia:

- excluir do certame empresas que atuam apenas em uma das especialidades; e
- reduzir a competição, com risco de elevar preços e limitar alternativas técnicas.

Por outro lado, o Termo de Referência deverá:

- deixar claro que **cada item constitui objeto autônomo**, com adjudicação e contratação independentes, ainda que constem do mesmo edital;
- explicitar as interfaces operacionais entre os itens (por exemplo, coordenação de datas de lavagem de reservatórios e aplicação de produtos químicos no entorno), para evitar lacunas de responsabilidade;
- estabelecer requisitos de habilitação e qualificação técnica específicos e proporcionais para cada item, sem exigências cruzadas que inviabilizem a participação de empresas especializadas em apenas um dos serviços.

Dessa forma, o parcelamento da solução em três itens é técnica e economicamente justificável, promove a ampla concorrência e preserva a capacidade de coordenação da Administração sobre o conjunto dos serviços.

12. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

No âmbito da BFNIG/CNIG existem atualmente duas contratações vigentes com objetos correlatos ao presente processo:

- a) *Primeira contratação* – com término previsto para abril/maio do corrente ano, abrangendo os três serviços ora pretendidos (limpeza e desinfecção de reservatórios de água com emissão de laudo, dedetização/controle de pragas e descupinização), porém restritos aos três ranchos do Complexo;
- b) *Segunda contratação* – com término previsto para outubro do corrente ano, destinada à limpeza de caixas d'água/cisternas e serviços de dedetização no âmbito de todo o CNIG.

Embora não haja interdependência jurídica estrita (no sentido de uma contratação depender formalmente da outra para sua execução), há nítida correlação material e operacional entre esses instrumentos e a nova contratação pretendida. Considerando que ambos os contratos se encerrarão ainda neste exercício, a solução ora proposta foi planejada para:

- unificar, em um único procedimento licitatório, os serviços atualmente fracionados em dois contratos distintos (ranchos do Complexo e demais instalações do CNIG);
- manter e ampliar o escopo de atendimento, de modo a cobrir, de forma contínua e uniforme, toda a

área de responsabilidade da BFNIG/CNIG em limpeza e desinfecção de reservatórios de água, dedetização/controle de pragas e descupinização;

- evitar a necessidade de instaurar novos processos licitatórios separados para substituir cada um dos contratos vigentes, reduzindo carga administrativa (faina) para as seções envolvidas e simplificando o planejamento, a gestão e a fiscalização contratual;
- permitir padronização de rotinas, periodicidades (inclusive a limpeza de reservatórios a cada 6 em 6 meses) e requisitos técnicos para todo o CNIG, mitigando riscos de lacunas de cobertura entre o término das licitações atuais e a nova contratação.

Dessa forma, as contratações em vigor são correlatas e funcionam como referência histórica de demanda e desempenho, mas não constituem obstáculo jurídico à nova licitação unificada. Ao contrário, o presente processo foi estruturado justamente para sucedê-las de maneira planejada, concentrando em uma única solução os serviços que antes estavam distribuídos em dois instrumentos distintos.

13. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A Marinha do Brasil, em alinhamento às diretrizes de modernização da gestão pública, concluiu a transição do Sistema de Administração Financeira da Marinha (SAFIN) para o Programa de Gerenciamento das Contratações (PGC), ferramenta de planejamento gerenciada pela Secretaria de Gestão e Inovação do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos.

O planejamento de contratações para o exercício de 2026 já está sendo realizado exclusivamente por meio do PGC, conforme determinação da Secretaria-Geral da Marinha através da Circular nº 20/22.

Nesse sentido, a presente contratação encontra-se devidamente prevista e registrada no PGC, em conformidade com as exigências de planejamento e governança das contratações públicas, atendendo aos princípios de transparência, eficiência e economicidade previstos na legislação vigente.

14. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A contratação deverá proporcionar, entre outros, os seguintes benefícios:

- **Sanitários:** redução consistente do risco de contaminação da água de consumo e de proliferação de doenças de veiculação hídrica; diminuição da incidência de pragas em áreas de alto fluxo de pessoal e de manipulação de alimentos.
- **Operacionais:** menor ocorrência de afastamentos por problemas de saúde associados à qualidade da água e à presença de vetores; maior previsibilidade na utilização de instalações críticas (ranchos, alojamentos, áreas de saúde).
- **Administrativos:** padronização dos procedimentos de limpeza de reservatórios e de controle de pragas em todas as OM apoiadas, facilitando a fiscalização, a gestão de riscos e a prestação de contas.
- **Econômicos:** redução da necessidade de contratações emergenciais, maior aproveitamento de economia de escala, mitigação de perdas de estoques alimentares por contaminação e de custos associados a eventuais autuações ou interdições sanitárias.

15. Providências a serem adotadas

Considerando que o presente Estudo Técnico Preliminar já consolidou o levantamento nominal dos reservatórios de água potável (incluindo capacidades individuais, indicação de desativação temporária e previsão de reativação do Rancho 2) e das áreas abrangidas pelos serviços de controle de vetores e pragas urbanas, bem como a modelagem em três itens (limpeza de reservatórios com laudo, dedetização/controle de pragas e descupinização), permanecem como providências a adotar, para viabilizar a contratação:

- atualização pontual, pela BFNIG e OM apoiadas, de eventuais alterações de capacidade, inclusão ou desativação de reservatórios, de modo a manter aderência à estimativa global de 15.000 m³/ano de limpeza (duas execuções anuais), sem prejuízo da margem técnica prevista para demandas extras;
- confirmação, junto às seções de rancho, alojamento e demais instalações, dos períodos mais adequados para execução dos serviços (cronogramas semestrais de limpeza de reservatórios e janelas operacionais para controle de pragas), minimizando impacto sobre as rotinas de preparo de alimentos e de ocupação de áreas sensíveis; e
- elaboração do Termo de Referência com base neste ETP, detalhando as especificações técnicas de cada item, a periodicidade mínima de limpeza dos reservatórios (6 em 6 meses), os requisitos de emissão e arquivamento de laudos, os procedimentos de segurança e saúde ocupacional e as regras de medição e pagamento por m³ tratado e por área atendida.

16. Possíveis Impactos Ambientais

Os serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável e de controle integrado de vetores e pragas urbanas geram resíduos e efluentes enquadrados na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e no Decreto nº 10.936/2022, devendo a futura contratada observar, no mínimo, as seguintes diretrizes previstas no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- segregação, acondicionamento, transporte e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados (inclusive embalagens vazias de produtos saneantes e demais resíduos de limpeza), vedado o descarte em corpos d'água, rede pluvial, solo exposto ou locais não licenciados;
- manejo adequado de resíduos perigosos eventualmente gerados (sobras de produtos químicos, embalagens contaminadas etc.), com destinação apenas a empresas licenciadas e, quando exigido, com regularidade no Cadastro Técnico Federal do Ibama;
- descarte controlado da água resultante da limpeza dos reservatórios, evitando lançamento direto em corpos hídricos ou sistemas de drenagem não preparados, de modo a prevenir assoreamento, contaminação e sobrecarga da rede;
- utilização de produtos saneantes regularizados junto à ANVISA e em conformidade com as Fichas de Informação de Segurança de Produtos Químicos (FISPQ), minimizando riscos à saúde humana e ao meio ambiente.


Com o cumprimento desses requisitos na fase de execução contratual, os impactos ambientais negativos são considerados controláveis e compatíveis com os benefícios sanitários decorrentes da contratação.


17. Declaração de Viabilidade


Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguirão o horário oficial de Brasília e fundamentar-se-ão no §3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

Documento assinado digitalmente
 **JONATHAN NASCIMENTO DE LIMA**
Data: 10/06/2026 16:42:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **RODRIGO ULYSSES SANTOS SILVA**
Data: 10/06/2026 16:30:44-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
 **JOAO PAULO DE FREITAS MOTA**
Data: 10/06/2026 16:12:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

JONATHAN N. DE LIMA

Equipe de apoio

RODRIGO U. SANTOS SILVA

Equipe de apoio

JOÃO PAULO DE FREITAS MOTA

Equipe de Planejamento

ANEXO II DO EDITAL – MINUTA TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

**SERVIÇOS SEM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA – LICITAÇÃO E
CONTRATAÇÃO DIRETA****MARINHA DO BRASIL****BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO GOVERNADOR**

(Processo Administrativo nº 63386.001536/2026-22)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx/xxxx**, QUE FAZEM
ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA DA BASE DE
FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO
GOVERNADOR
E

A União, por intermédio da BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO GOVERNADOR, com sede na Estrada do Quilombo S/N, Bananal, Ilha do Governador, RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.394.502/0386-21, neste ato representado(a) pelo(a) Capitão de Mar e Guerra (FN) LUIZ ANTÔNIO DIAS DO CARMO, nomeado(a) pela Portaria nº 207/MB/MD, DE 10 de setembro de 2024, publicada no DOU 11 de setembro de 2024, portador do Número Interno de Pessoal (NIP) 87.3019.11, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por **[nome e função no CONTRATADO]**, conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, tendo em vista o que consta no Processo nº 63386.001536/2026-22 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do(a) Pregão Eletrônico nº 90004/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável (caixas d'água e cisternas), com emissão de laudos de potabilidade, e para controle integrado de vetores (mosquitos, pulgas, carrapatos e roedores) e pragas urbanas (cupins, baratas, formigas), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. DE MEDIDA	QUANTID.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Serviço de Limpeza e Desinfecção de Reservatórios	13595	m³			

	de Água Potável, com emissão de laudo de Potabilidade.					
2	Serviço de Controle Integrado de Pragas Urbanas (Desinsetização)	3417	m²			
3	Serviço de Controle Cupins de (Descupinização)	20680	m²			

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do CONTRATADO;
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de [indicar o prazo] contados do(a) [indicar o termo inicial da vigência], prorrogável sucessivamente por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.2. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o CONTRATADO, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:*

- 2.2.1. *Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;*
- 2.2.2. *Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;*
- 2.2.3. *Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;*
- 2.2.4. *Haja manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação;*
- 2.2.5. *Seja comprovado que o CONTRATADO mantém as condições iniciais de habilitação; e*
- 2.2.6. *Não haja registro no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin).*

2.3. *O CONTRATADO não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

2.4. *A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

2.5. *Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.*

2.6. *O contrato não poderá ser prorrogado quando o CONTRATADO tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxx)*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

8.1.8.1. indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

8.1.8.2. fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

8.1.8.3. estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

8.1.8.4. definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

8.1.8.5. demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

8.1.8.6. prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

8.1.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;

8.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10.1. A Administração terá o prazo de 90 (noventa), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta);

8.1.12. **Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;**

8.1.13. Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou

o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

9.16. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

- 9.17. Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;
- 9.18. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.19. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
- 9.20. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 9.21. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 9.22. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;
- 9.23. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 9.24. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;
- 9.25. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato;
- 9.25.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.26. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.27. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.28. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.29. Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;
- 9.30. Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;
- 9.31. Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;
- 9.32. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

- 9.33. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;
- 9.34. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
- 10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
- 10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
- 10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.
- 10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
- 10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
- 10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
- 10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
- 10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
- 10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
- 10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
- 10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual

13.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.7. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.8. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.8.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.8.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.8.3. Das indenizações e multas.

13.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.10. O CONTRATANTE poderá ainda:

13.10.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.10.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

13.11. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I) Gestão/unidade: [...];
- II) Fonte de recursos: [...];
- III) Programa de trabalho: [...];
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [...]; e
- VI) Nota de empenho: [...];

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em **XXXXXX**, Seção Judiciária de **XXXXXX** para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

Rio de Janeiro, RJ conforme assinatura digital.

LUIZ ANTÔNIO DIAS DO CARMO
Capitão de Mar e Guerra (FN)
Ordenador de Despesa

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021



MARINHA DO BRASIL

BASE DE FUZILEIROS NAVAIS DA ILHA DO GOVERNADOR

Processo Administrativo nº 63386.001536/2026-22

Ata de Registro de Preços nº XX/2026

A Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador, por meio da Divisão de Obtenção, com sede na Estrada do Quilombo s/nº – Bananal – Ilha do Governador na cidade do Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 00.394.502/0386-21 neste ato representado pelo Capitão de Mar e Guerra (FN) LUIZ ANTÔNIO DIAS DO CARMO, nomeado pela Portaria nº 207 de 10 de setembro de 2024, publicada no DOU de 176 de 11 de Setembro de 2024, portador da Matrícula Funcional nº 87.3019.11 - MB, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 90004/2026, publicada no dia XX/XX/2026, processo administrativo n.º 63386.001536/2026-22, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de serviços de limpeza e desinfecção de reservatórios de água potável (caixas d'água e cisternas), com emissão de laudos de potabilidade, e para controle integrado de vetores (mosquitos, pulgas, carrapatos e roedores) e pragas urbanas (cupins, baratas, formigas), especificado(s) no(s) item(ns) XX do Termo de Referência, anexo XX do edital de licitação nº 90004/2026, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será Base de Fuzileiros Navais da Ilha do Governador.
- 3.2. Além do gerenciador, não há órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação ou desta contratação direta, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares.

Vedação a acréscimo de quantitativos

- 4.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

- 5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, **podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.**

- 5.1.1. Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

- 5.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

- 5.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

- 5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

- 5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

- 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

- 5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

- 5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

- 5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

- 5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

- 5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item Erro: Origem da referência não encontrada e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio de Janeiro, na data da assinatura

LUIZ ANTÔNIO DIAS DO CARMO
Capitão de Mar e Guerra (FN)
Ordenador de despesas

XXXXXX XXXXXX XXXX DA XXXX
Representante Legal

Anexo

Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Item do TR	Fornecedor <i>[razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante]</i>							
X	Especificação	Marca <i>(se exigida no edital)</i>	Modelo <i>(se exigido no edital)</i>	Unidade	Quantidade Máxima	Quantidade Mínima	Valor Unitário	Prazo garantia ou validade